

GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO ESCOLAR: UM DEBATE SOBRE FORMAÇÃO DOCENTE COM FUNDAMENTAÇÕES DA TEORIA *QUEER*

Lázaro César da Silva¹
Rafael Alves de Araújo²
Thamires Silva Farias³
Wendrielly Sousa da Silva⁴
José Leonardo Rolim de Lima Severo⁵

RESUMO

O ensaio é um estudo sobre gênero, sexualidade e seus reflexos no currículo, problematizando a relevância dos temas na formação docente, segundo a ótica da teoria *queer*. Ainda é bastante presente o equívoco sobre o que viria a ser gênero e sexualidade, bem como de suas implicações em práticas educacionais. Em um primeiro momento, elucidaremos os conceitos centrais do ensaio de acordo com estudiosos/as da área e seus reflexos na formação de estudantes aspirantes à docência. Posteriormente, evidenciaremos o uso da teoria *queer* como possibilidade de uma prática para uma educação não-sexista nos dias atuais. Por fim, desafios formativos com base na análise das respostas a um questionário estruturado dadas por 83 estudantes de cursos de Licenciatura em Pedagogia. Mesmo o(a) professor(a) contribuindo para a formação do ser compartilhando saberes, existe uma resistência por parte docente de aplicações e conhecimentos mais aprofundados sobre gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Currículo, Teoria Queer, Formação Docente.

INTRODUÇÃO

O presente artigo registra o processo de pesquisa desenvolvido no âmbito da disciplina de Currículo e Trabalho Pedagógico, do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Inscrita no campo temático da formação docente, a pesquisa buscou problematizar

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, lazarocesar.pedago@gmail.com;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, rafaalves9703@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, thami.fariass09@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, wendriellysousa25@gamil.com;

⁵ Professor orientador: Doutor em Educação. Pedagogo. Departamento de Habilitações Pedagógicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, jose.leonardo@academico.ufpb.br.

posicionamentos de estudantes dos cursos de Pedagogia da UFPB e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Campus Recife, sobre gênero, sexualidade e currículo, mediante a aplicação de um questionário estruturado.

De acordo com Sacristan (2000), é por meio do currículo que se estrutura a dinâmica pedagógica e concretiza as funções da escola em uma ótica social e cultural. A partir do currículo, a escola elabora a sua prática pedagógica, na qual envolve objetivos de aprendizagem, saberes e metodologias didáticas, fruto de significados construídos historicamente, visando a formação de um determinado perfil de estudante.

A tradição que se impõe às escolas brasileiras é a de um currículo disciplinar, que prioriza mais o ensino de conteúdos formalizados do que experiências potentes para formar sujeitos com capacidades de engajamento em um mundo cada vez mais plural, como propõe as teorias pós-crítica.

Em uma ótica pós-crítica, o currículo é pensado para além da manutenção da teoria crítica, ganhando centralidade sua natureza como discurso e artefato cultural. Partindo dessa ótica pós-crítica, a finalidade do currículo em uma sociedade multicultural é valorizar os repertórios culturais dos diferentes grupos sociais, promovendo uma aprendizagem na/pela diferença (LOPES, 2013). O currículo, nas perspectivas dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, que se inscrevem no campo pós-crítico, pode ser um instrumento eficaz para a valorização das diferenças socioculturais, principalmente em relação às questões de gênero e de sexualidade, que são geralmente normatizadas por relações de poder.

O conceito de gênero foi construído ao longo do tempo e definido através da observação do comportamento humano em correspondência ao seu sexo de nascença, que, historicamente, incide na definição do que é ser homem e ser mulher para a sociedade (BUTLER, 2014). A sexualidade é uma das dimensões constitutivas do ser humano, incluindo uma gama complexa de manifestações, não apenas do ato sexual em si, mas também de afetividade. Em uma sociedade patriarcal, a heteronormatividade se impõe, deslegitimando outras formas plurais, inclusive não binárias, de manifestação de gênero e de sexualidade.

Ao explorar os campos conflitantes, reprodutores e hierarquizados no âmbito social, a heteronormatividade se assenta como mecanismo de exclusão e fundamenta a construção social de um sistema binário. A heterossexualidade é o modelo de normalidade, justificando-se pelo imperativo biológico fundamentado na reprodução em

que o homem deve se relacionar com uma mulher (MELLO, 2012). As pessoas que fogem da normalidade são consideradas como sujeitos deslegitimados e se faz necessário, dentro do currículo, performar o modelo de indivíduo que está dentro da normalidade (PARAISO, 2016). A heteronormatividade não invalida apenas as relações de gênero, mas atua nos campos do racismo, misoginia e sexismo.

A mudança dessa abordagem dada pelo currículo ao tema de gênero, em outra ótica, implica o romper com a dicotomia que reproduz desigualdades entre os indivíduos, sobretudo no desligar da visão androcêntrica. Portanto, essa alteração da prática, almeja uma escola como um espaço de coexistência e equidade entre homem, mulher e não-binário. Contudo, esse viés orienta o papel do currículo para uma educação não-sexista, construindo a função social da escola, oportunizando condutas suscetíveis a superação e desconstrução da normatização.

A educação não-sexista é uma educação que busca promover a equidade entre homens e mulheres, lutando contra a elaboração cultural prévia sobre os corpos determinados pela sociedade. Atualmente, na sociedade, respaldam em coisas simplórias, como na seleção até de cores, definindo os papéis sociais de meninos e meninas (OLIVEIRA, 2012). A educação não-sexista se propõe a ir de contramão a essa hegemonia, ansiando, entre outras coisas, sair do campo teórico e se introduzir à prática cotidiana, empreendendo ações que primem pela igualdade concreta entre os sexos.

O termo não-sexista, abraça uma linguagem neutra ou de gênero neutro, objetivando um diálogo mais inclusivo que represente todos, todas e todes. Ou seja, dessa forma tendo uma escrita não-sexista, uma “neolinguagem”, a educação tenderia a evitar preconceitos em relação a um sexo ou gênero social específico (COSTA, 2018).

Falar sobre educação não-sexista, é falar sobre sexualidade. Dessa maneira, sexualidade constitui uma das dimensões que perpassam diversos aspectos da vida humana, englobando, além do sexo e reprodução, identidades sexuais e de gênero, envolvimento emocional, erotismo e amor, bem como envolve múltiplas vivências e expressões por meio de desejos, pensamentos, fantasias, crenças, valores, atitudes e relacionamentos. Desse modo, a sexualidade não envolve somente as capacidades reprodutivas do ser humano, mas também o prazer e o afeto que se constrói na relação individual e com as outras pessoas, além de incluir componentes históricos e socioculturais, abrangendo, o para além do nosso corpo e do prazer, nossa história, nossas

crenças e costumes, relações afetivas, nossa cultura, nossas representações. Ou seja, abrange a multiplicidade da vida humana (ABRANMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

Quando se pensa na introdução das questões sobre sexualidade e gênero no currículo educacional, uma possibilidade se encontra na teoria *queer*. O *queer* pode ser entendido não apenas como um movimento que se refere ao estranho e perturbador, mas que aborda o gênero não como uma verdade biológica e sim uma sistematização da captura social. Segundo Louro, “a teoria *queer* permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação (LOURO, 2001, p. 550)”. Um currículo conectado a teoria *queer*, teria que ter como objetivo o provocar e o questionar dos discentes, sobre tudo aquilo que está escondido do currículo.

Outra visão além da teoria *queer*, é a criação de políticas públicas sobre diversidade para a formação do/a docente, no intuito de que venha a ser trabalho em sala de aula (RAMÃO, 2013). Para a formação dos/as professores/as é necessário entender o conceito de diversidade no Brasil em conjunto com todos os sujeitos presentes dentro do processo formativo. No entanto, cabe destacar que não basta apenas uma formação docente continuada, porém se faz necessário também, a implementação da temática em materiais didáticos que venham trabalhar e corroborar com assunto (ARANHA, 2011).

Se faz necessário discutir na educação os pontos de gênero e sexualidade, já que ainda no século 21, existem coisas a serem desconstruídas e debatidas. Esses assuntos, rotulados como tabus na sociedade, precisam de mais espaço na formação docente. O currículo, por ser um espaço de constante disputa, tende a não trabalhar esses conteúdos de forma satisfatória, apenas superficial e a depender da adesão do/a docente e/ou da escola a pautas educativas progressistas.

METODOLOGIA

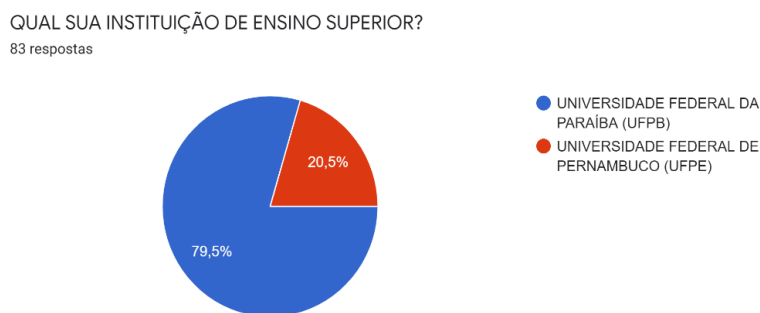
O presente ensaio detém de um primeiro momento o caráter exploratório da pesquisa, ao buscar reunir informações acerca de um determinado assunto para uma explanação conceitual e da delimitação do campo de estudo do objeto em evidência (SEVERINO, 2007). Assim, foram levantados artigos, capítulos de livros e demais produções, nas plataformas do Google Acadêmico e em revistas científicas, sobre gênero, sexualidade, currículo e teoria *queer*.

O segundo momento do trabalho consistiu na aplicação de um questionário estruturado, ocorrida do dia 25 de maio de 2021 ao dia 02 de junho de 2021. O questionário foi elaborado através da plataforma online Google Forms e veiculado para estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A análise foi quantitativa, baseada, portanto, em operações de frequência e porcentagem de respostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o diálogo acerca de gênero, sexualidade e currículo, o artigo busca compreender as temáticas no eixo da formação docente. Foi elaborado um questionário na plataforma online Google Forms, para compreender os tópicos e sua importância no espaço da educação. A amostra contou com um público de 83 respondentes sendo estes, estudantes do curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), representados pelo gráfico abaixo.

Figura 1 – Instituição de Ensino Superior.



Fonte: Fonte: Questionário do Google Forms, 2021.

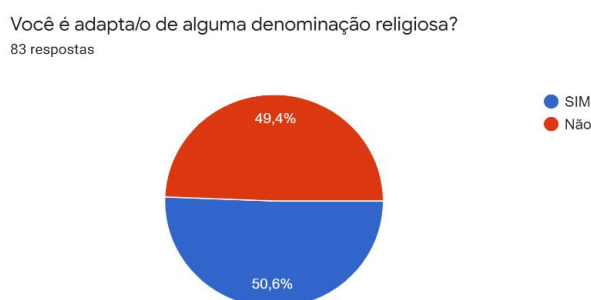
O primeiro bloco de perguntas tem como enfoque o recolhimento de informações pessoais para o mapeamento do grupo estudado. Assim, a maior faixa-etária selecionada pelo público, é a idade entre 18 anos até 24 anos, representado por 54,2%. Para o aprofundamento acerca dos estudos, foi questionado também qual era a identidade de gênero e a orientação sexual, elucidados então feminino, com 81,9% e heterossexual com 62,7%. Porém cabe ressaltar que o gênero masculino, trans e não-binário também participaram, no entanto, em uma menor parcela sendo eles 14,5%; 1,2%; 1,2%

respectivamente. Na questão da sexualidade, demais orientações estiveram presentes, como homossexual (19,3%), bissexual (15,7%) e pansexual (2,4%).

Ficou evidenciado que o público da amostra reside, em sua maior parte, no estado da Paraíba, seguido por Pernambuco e por outros estados como Rio Grande do Norte, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. No âmbito da etnia, 51,8% se autodeclararam pessoas pardas, 33,7% brancas e 14,5% pretas. Não tiveram indígenas, orientais ou demais etnias.

Adentrando ao fim do primeiro bloco, se questionou sobre a religião dos sujeitos ali presentes, uma vez que, devido à condição do indivíduo de viver em sociedade, é natural que as instituições sociais influenciam suas concepções e tomadas de decisões. Dessa maneira, mais da metade dos entrevistados possuem alguma denominação religiosa e as seguem. Dentre as religiões, a parcela mais significativa conta com a doutrina do catolicismo, no entanto, está presente o espiritismo, o evangélico, o mormonismo e os adventistas.

Figura 2 – Você segue alguma doutrina religiosa?



Fonte: Questionário do Google Forms, 2021.

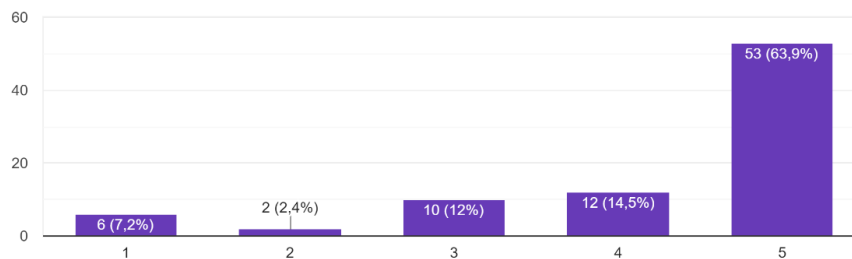
As disputas religiosas em torno do ensino fomentam tensões sobre o tema de gênero e produziram a expressão ideologia de gênero. A ideologia de gênero é uma invenção da Igreja Católica, surgida a partir do Conselho Pontifício para a Família, entre meados de 1990. Sua finalidade é a manutenção da representação utópica de família nuclear, segundo normas religiosas. A partir desse marco, a expressão é usada por diferentes denominações religiosas cristãs, notadamente evangélicas, como base de defesas ideológicas, funcionando como elemento de barganha com grupos políticos neoconservadores. Dessa maneira, quaisquer atitudes, posicionamentos e preferências que transitem de encontro com as imposições rotuladas como apropriadas aos seres, são

criticadas e evidenciadas como errôneas (COLLING, 2018). A afirmação mostrada na Figura 2 teve por finalidade compreender se o sujeito entrevistado detinha de uma base religiosa e analisar as demais respostas, após a compreensão do local de fala do mesmo.

Adentrando sobre as especificidades que envolvem as temáticas de gênero, sexualidade e currículo, nesse segundo bloco as respostas foram aninhadas utilizando uma escala *likert*, no qual o número 1 significa discordar totalmente; 2 discordar parcialmente; 3 abstenção e/ou neutralidade; 4 concordo parcialmente; 5 concordo totalmente. No enunciado da questão, afirmou aos futuros/as pedagogos/as das instituições de ensino, se a questão e os vieses acerca das relações de gênero deveriam constituir como parte do currículo escolar obrigatório. Portanto, foi exposto que 63,9% concordam totalmente com a alegação, todavia 9,6% somam quem discordam totalmente e parcialmente. Em suma, dentro do curso de educação, ainda existe uma resistência dos assuntos sobre relações de gênero serem empregados na sala de aula, enquanto formação do/a docente.

Figura 3 – Relações de gênero devem estar presentes no currículo.

O tema das relações de gênero deve constituir parte do currículo escolar obrigatório.
83 respostas

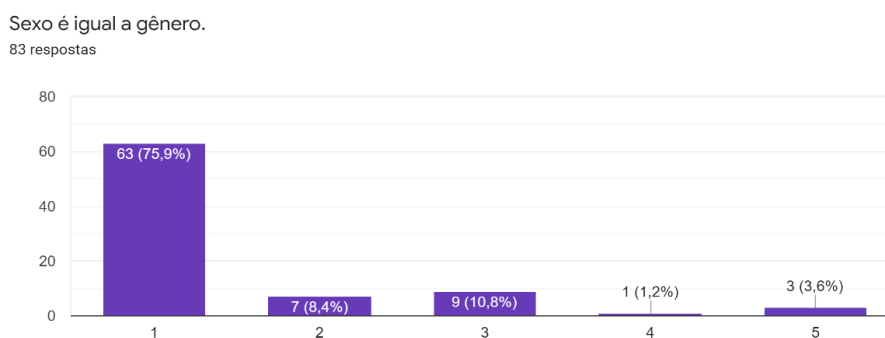


Fonte: Questionário do Google Forms, 2021.

Na afirmação de que sexo é igual a gênero, o número de discordantes se sobressai dos demais, representando 75,9% da amostra que não concordam com essa frase. Todavia, cabe um olhar de destaque aqueles sujeitos presentes na neutralidade maior do que a soma dos dois blocos de concordantes, portanto, na não compreensão de dois termos distintos. A opção da abstenção pode estar associada ao fato das pessoas presentes no 10,8%, não se depararem com esses assuntos durante a época da escola e também pela ausência desse debate na vida cotidiana, podendo acreditar que sexo é divergente de gênero, no entanto, sem fundamentação teórica para responder os pontos distintos entre

cada um. Os quase 5% que concordaram, embarcam em uma tendência do não esclarecimento detalhado sobre os tópicos, e, possivelmente, através de um conhecimento conceitual escasso, acarreta no não esmiuçar do que vem a ser sexo e gênero.

Figura 4 – Sexo não diverge de gênero.



Fonte: Questionário do Google Forms, 2021.

Sobre sexualidade, perguntou aos estudantes se discutir sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) é suficiente no enfoque do debate sobre sexualidade na escola, uma vez que, em uma lógica conservadora e das contribuições do movimento da ideologia de gênero, o destaque biologicista acabaria sendo suficiente para o diálogo com os estudantes. Cabe ressaltar que ao longo da estruturação do presente ensaio, ficou evidente a divergência entre esses dois campos de estudo, por esta razão, a afirmação se encontra presente no questionário. Assim, a soma dos discordantes da totalidade e da parcialidade, foi de 72,3%. Todavia, quase 17% não consegue opinar sobre e mais de 10% concordam com o enunciado. Cabe ressaltar que falar sobre sexualidade e se resumir apenas as infecções, é encerrar a possibilidade de diálogo acerca de demais perspectivas, como a construção da heteronormatividade, as orientações sexuais existentes, a construção de uma educação não-sexista, o rompimento da ideia de uma identidade sexual dominante, a edificação e emprego da sexualidade como legitimação de ações preconceituosas.

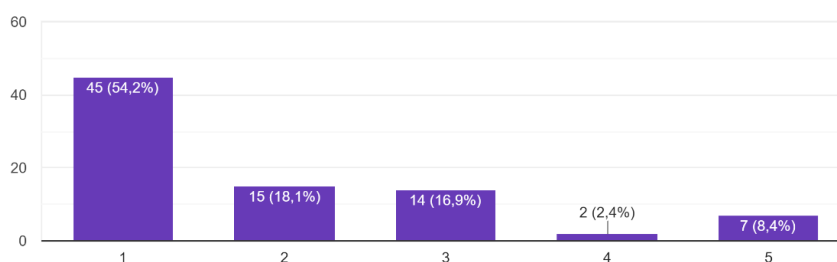
O questionário também perguntou se o tema de sexualidade deveria ser tratado exclusivamente na disciplina de ciências, durante o processo de escolarização dos indivíduos. O resultado foi que 37,3% discordaram totalmente sobre a afirmação. Porém, o segundo maior número se encontra nos sujeitos que selecionaram a neutralidade, 19,3%.

Os futuros docentes e pedagogos/as ainda não conseguem enxergar se a sexualidade está para além dos livros e da disciplina de ciências, fazendo com que, em um futuro vindouro, em muitos casos, não se discuta em suas aulas essas possibilidades de debate sobre sexualidade em outras matérias, no embate se deve ou não falar sobre.

Figura 5 – ISTs contempla todo o assunto de sexualidade.

Debater sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis é suficiente para abordar a sexualidade na escola.

83 respostas

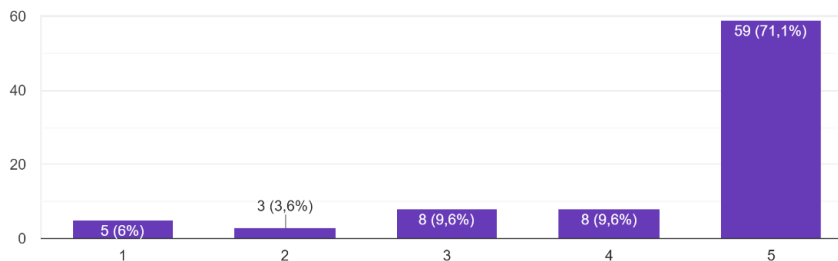


Fonte: Questionário do Google Forms, 2021.

Se encaminhando para o final, o questionário também buscou compreender os posicionamentos dos/as discentes a partir da indagação, se gênero é um termo que foi inventado pela universidade, onde 75,9% discordaram totalmente da alegação. Mas 11,3% permaneceram na abstenção, não sabendo responder. Mais uma vez exibindo a resistência sobre o assunto por não compreender ou por não se falar diariamente acerca disso. Em sequência, o questionário elucidou que gênero e sexualidade são de suma importância para formação do professor, cujo o número de concordantes foi 71,1%. Um olhar importante também deve voltar-se para os discordantes totais. Os indivíduos não conseguem articular como os dois campos são importantes na elaboração de um docente. Dessa maneira, possa ser que suas aulas, não contemplem esses assuntos ao acreditarem na irrelevância do tema.

Figura 6 – Formação docente.

Gênero e sexualidade são importantes para a formação docente.
83 respostas

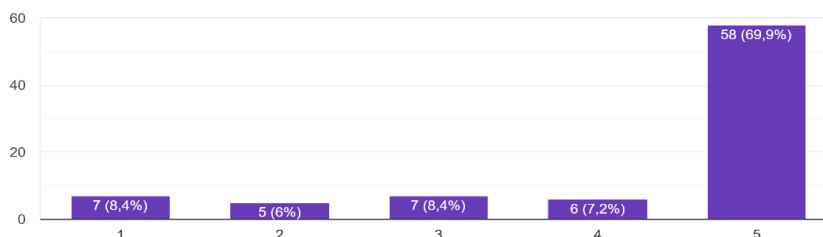


Fonte: Questionário do Google Forms, 2021.

Por fim, a última frase almeja saber se é papel do governo investir em materiais didáticos sobre gênero e sexualidade. A resposta foi que 69,9% pensam que é dever do governo esse investimento, entretanto, quase 15% discordam. Vale salientar que governos mais autoritários tendem a limitar temas, rotulando-os como polêmicos e no intuito de permanecer a sociedade homogênea, seguindo uma ordem na qual, hoje, opera fortemente no âmbito do próprio Estado. Retirar do governo e por consequência do Estado essa responsabilidade, é apagar temas transversais, os escanteando. Governos mais democráticos tendem a abraçar uma maior gama de assuntos dando voz aqueles que querem falar ao trabalharem temáticas importantes para as ditas minorias, no fim da violência entre os indivíduos e no respeito mútuo.

Figura 7 – Papel do governo.

O governo precisa investir em materiais didáticos sobre gênero e sexualidade.
83 respostas



Fonte: Questionário do Google Forms, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referente artigo buscou exibir os conceitos, sobretudo do que se entende por gênero, sexualidade e de seus respaldos no currículo, a partir da ótica dos estudos de gênero e da teoria *queer*. Articulou-se os aportes teóricos à reflexiva de dados coletados por meio de um questionário divulgado pelo meio online. Ficou evidente que boa parte dos futuros professores demonstram conhecimento sobre as divergências e especificidades sobre gênero e sexualidade. No entanto, a abstenção de algumas respostas é algo a se debater, uma vez que tais sujeitos não compreendem sobre o que o enunciado propõe. Esses posicionamentos podem respaldar em sua sala de aula, a partir do momento que o/a professor e professora não discuta tais temas, ao definir como importantes na formação.

Outro notório fator é a razão dos respondentes que optaram por uma ideologia que vai de encontro a uma equidade entre sujeitos ou na exclusão desses assuntos em sala de aula. Questões como formação docente, relações de gênero no currículo, sexualidade apenas na disciplina de ciência, gênero como criação da universidade e ISTs como único tema na sexualidade, são pontos que precisam contar corriqueiramente no currículo obrigatório das instituições de ensino, tendo como *background* a desejada educação não-sexista.

Em suma e no intuito de finalizar o ensaio com essa proposta, foi realizada a pergunta se a educação para igualdade de gênero pode colaborar para a anomia social dita por machismo, no qual 12% permaneceram neutras e a soma dos discordantes totais e parciais, quase 10%. Esses dados nos ajudam a pensar no quão distante a educação ainda se encontra na contemplação desses temas, enquanto formação obrigatória do/a docente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, G. M.; SILVA, L. B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. p. 29-38.

ARANHA, A. V. S. Diversidade e formação docente: um desafio para o avanço da Educação. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 54-61, jan./jul. 2011.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos pagu**, n. 42, p. 249-274, 2014.

COLLING, L. **Gênero, sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciência. 2018.

COSTA, V. T. **A FORMAÇÃO DO EDUCADOR E EDUCADORA INFANTIL E A SUA ATUAÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO NÃO-SEXISTA: uma leitura a partir da experiência de professoras do CMEI Haydée Monteiro Bezerra de Melo.** Monografia (em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p. 56, 2018.

FERREIRA, M. P. Currículo, gênero e sexualidade: questões indispensáveis à formação docente. **Margens Interdisciplinar**, v. 9, n. 12, p. 37-56, 2016

LOPES, A. C. Teorias pós-críticas, política e currículo. **Educação, sociedade & culturas**, v. 39, n. 39, p. 7-23, 2013.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LOURO, G. L. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. **Imagem e diversidade sexual**. São Paulo: Nojosa, p. 23-28, 2004.

MELLO, R. P. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 197-207, 2012.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. **Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução.** In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T (org). Currículo, cultural e sociedade. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, S. R. **Educação inclusiva e não-sexista: as políticas educacionais para a equidade de gênero no Brasil.** In: R. R. M.; AVILA, C. F. D. (Org.). Cidadania, Democracia e Desenvolvimento no Brasil: A construção de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. Curitiba: CRV, 2012, v. 2, p. 131-159.

PARAISO, M. A. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Revista Linhas**, v. 17, n. 33, p. 206-237, 2016.

RAMÃO, V. J. **Diversidade: formação de professores na perspectiva intercultural.** In: XI Congresso Nacional de Educação (EDUCERE). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez. 2007.

SILVA, T. T. **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SACRISTAN, J. G. **O Currículo: Uma Reflexão sobre a Prática.** Penso: Brasil, 2000.